

Negociações difíceis no Clube de Paris

REAL JUNIOR
Nosso correspondente

Paris — Ao contrário do que se poderia esperar, o encerramento das negociações para o reescalonamento da dívida brasileira com os bancos comerciais, anunciado no último fim de semana nos Estados Unidos, não vai facilitar a renegociação de parte da dívida pública ou privada garantida pelos Estados, junto ao Clube de Paris.

Representantes do Tesouro francês, responsáveis pela secretaria do Clube de Paris, não dissimulam certa má vontade em relação ao Brasil pela sua resistência em aceitar qualquer acordo com o FMI. E isso apesar da conclusão com êxito das negociações com os bancos comerciais em Nova York, desbloqueadas pelo anúncio feito pelo presidente Sarney de medidas de ajustamento econômico denominadas na Europa de "Plano Tropical".

Um desses representantes do Clube de Paris dizia ontem, sem esconder certa dose de ironia, que se o Brasil não tem necessidade de ir ao Fundo Monetário, em razão de seu superávit comercial e do bom nível de suas reservas, não precisa reescalonar a parte de sua dívida com o Clube, podendo pagar normalmente seus débitos nos vencimentos.

Outra fonte bancária que identificou o mesmo tipo de reação junto ao Clube de Paris definiu a situação, afirmando: "O Brasil quis e conseguiu dobrar a resistência dos bancos comerciais. Agora, o Brasil pretende mas ainda não conseguiu dobrar a resistência do Clube de Paris".

De qualquer forma, encerrada essa fase de negociações em Nova York, as atenções se voltam para a Europa, isto é, para Paris, onde será negociado o reescalonamento de parte da nossa dívida pública. O próprio presidente do Banco Central, Fernão Bracher, previu que o negociador brasileiro, Antônio Seixas, deverá estar na capital francesa para esse fim até o final do mês.

Uma das normas do Clube de Paris é apenas admitir qualquer reescalonamento após um acordo formal

do país devedor com o FMI, mas essa não é a opinião de Fernão Bracher, presidente do Banco Central, que após avistar-se com seus representantes no final de fevereiro afirmou que o Clube de Paris não possui normas escritas, razão pela qual acredita na sua flexibilidade para negociar com o Brasil, mesmo sem o "sinal verde" do FMI.

Tudo indica que, encerrada a "disputa de braço-de-ferro" entre o governo do Brasil e o comitê de bancos, está começando uma outra entre as autoridades brasileiras e as do Clube de Paris.

O Clube de Paris não constitui organização internacional que dispõe de meios próprios para avaliar devidamente a situação econômica e financeira de um país, razão pela qual utiliza a sofisticada estrutura do Fundo, apoando-se nos seus levantamentos e na sua logística.

Além disso, essa exigência permite garantir a igualdade de tratamento para os países devedores. Ora, se o Brasil conseguir reescalonar parte de sua dívida pública com o Clube de Paris sem passar pelo Fundo, poderá abrir um precedente perigoso em relação aos demais países devedores.

Esse, pelo menos, é o argumento mais utilizado por seus representantes, que continuam insistindo na necessidade de um acordo com o Fundo antes de qualquer negociação. Ora, esse argumento era também utilizado em relação aos bancos comerciais e deixou de existir, no caso brasileiro, a partir do anúncio feito no fim-de-semana em Nova York do acordo com os bancos. Talvez isso explique a irritação de certos funcionários franceses do Clube de Paris.

NOVA FASE DA DÍVIDA

O pacote econômico anunciado sexta-feira, os resultados da reunião do Grupo de Cartagena em Punta del Este e o anúncio do acordo entre o Brasil e os bancos comerciais nos Estados Unidos, isto é, o conjunto desses acontecimentos está sendo interpretado como uma nova fase não só da dívida brasileira, mas latino-americana.

Nas últimas três semanas, as normas do jogo evoluíram de tal forma que os meios financeiros acreditam que, apesar de toda resistência atual do Clube de Paris, existem possibilidades de se chegar a um acordo com credores como o Brasil.

Mas, isso implica alteração do próprio papel do FMI, o que já está acontecendo de certa forma como mostra a própria negociação com o comitê de bancos. O FMI deve perder o seu papel de instrumento controlado pelos países credores e que exerce um monitoramento direto nas políticas econômicas dos países devedores.

Sem nenhuma dúvida, nos meios financeiros e monetários da Europa acredita-se que não foram apenas certos bons resultados econômicos e o fato de o Brasil estar pagando em dia os juros de sua dívida aos bancos (mesmo não estando sendo pagos os juros da dívida pública) que contribuíram para desbloquear o acordo com o comitê de bancos.

O plano de luta contra a inflação anunciado no final da semana passada, comparado erradamente por alguns setores com o da Argentina, também facilitou a conclusão das negociações. Enquanto Brasília adotou um plano mais flexível, elaborado para um país em expansão e evidentemente preocupado com o fato social, o plano de Buenos Aires foi elaborado para uma economia em recessão.

Essa diferença fundamental, entretanto, ainda tem passado despercebida de certos analistas europeus que identificam apenas os aspectos antiinflacionários do plano brasileiro. Poucos são os que perceberam, mesmo no plano argentino, certa ausência de ortodoxia.

Cita-se o professor Moisés Iecoff, diretor de pesquisas do CNRS — (Centro Nacional de Pesquisas Científicas), que em colóquio organizado na semana passada em Paris sobre a dívida do Terceiro Mundo comentou: "a ortodoxia internacional nos últimos meses andou fazendo peregrinação a Buenos Aires para louvar um Plano Austral, na verdade, muito

pouco ortodoxo". A mesma observação está começando a ser feita em relação ao chamado "Plano Tropical" do Brasil.

De qualquer forma, serviu para que os bancos internacionais adotassem posição mais pragmática, admitindo perder um pouco, mas concluir um acordo com o país que mais deve em todo mundo e que, ao contrário de outros, tem obtido resultados que permitem o pagamento em dia dos juros até agora, graças aos esforços de uma economia que continua em expansão. Dessa forma, os países latino-americanos estão obtendo bons resultados na negociação caso por caso. Não podia ser outro o encaminhamento, tais as diferenças das economias dos diversos países endividados do continente latino-americano.

Isso agrada também aos países credores na medida em que evita o confronto entre devedores e credores, o que constituiria uma ameaça das mais sérias para o próprio sistema financeiro internacional. Em Punta del Este, os países do Grupo de Cartagena mantiveram essa linha, o que não quer dizer que não se sintam solidários com as decisões adotadas individualmente por eles, mas não chegaram a adotar uma ação comum para forçar a solução global do problema da dívida.

Agora, após o encaminhamento de soluções para os problemas do Brasil e da Argentina, a grande preocupação volta a ser o México. Como compensar as perdas sofridas com a deterioração dos preços do petróleo e queda brusca do dólar nos últimos tempos?